

**COOPERATIVISMO AGROEXTRATIVISTA, SOCIOBIOECONOMIA SOLIDÁRIA  
E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA: o caso da Amazonbai no  
Arquipélago Bailique (AP)<sup>1</sup>**

**AGROEXTRACTIVIST COOPERATIVISM, SOLIDARITY  
SOCIOBIOECONOMICS, AND DEVELOPMENT MANAGEMENT IN THE  
AMAZON: the case of Amazonbai in the Bailique Archipelago (AP)**

Naira Neiva Medeiros deAlmeida<sup>2</sup>  
Ana Karolina Lima Pedrada<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este artigo analisa a Cooperativa Amazonbai como um modelo de sociobioeconomia solidária no Arquipélago do Bailique e Beira Amazonas, Amapá, com foco em suas práticas de gestão solidária e inovação social. Utilizando uma abordagem qualitativa-quantitativa, com estudo de caso e revisão bibliográfica e documental, examinam-se os processos organizativos, as certificações participativas e os impactos socioambientais. Os resultados indicam aumento na renda familiar, fortalecimento da resiliência comunitária frente à salinização via manejo sustentável e monitoramento ambiental, e conservação ambiental através do manejo de açaiuais certificados. Desafios logísticos e institucionais persistem, mas a cooperativa demonstra resiliência territorial. O estudo contribui para o debate sobre desenvolvimento sustentável na Amazônia, oferecendo subsídios para políticas públicas e sua replicação em outros contextos estuarinos.

**Palavras-chave:** cooperativismo agroextrativista; sociobioeconomia solidária; inovação social; desenvolvimento territorial; Amazônia.

**ABSTRACT:** This article analyzes the Amazonbai Cooperative as a model of solidarity sociobioeconomy in the Bailique Archipelago and Beira Amazonas, Amapá, focusing on its practices of collective management and social innovation. Using a qualitative-quantitative approach, including a case study and bibliographic and documentary review, the organizational processes, participatory certifications, and socio-environmental impacts are examined. The results indicate an increase in family income, strengthening of community resilience against salinization through sustainable management and environmental monitoring, and environmental conservation through the management of certified açai groves. Although logistical and institutional challenges persist, the cooperative demonstrates territorial resilience. The study contributes to the debate on sustainable development in the Amazon, providing groundwork for public policies and its replication in other estuarine contexts.

**Keywords:** agroextractive cooperativism; solidarity sociobioeconomy; social innovation; territorial development; Amazon.

Data de apresentação: 27/11/2025.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado ao curso de Pós-graduação em Gestão de Desenvolvimento Regional, do Instituto Federal do Amapá, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Desenvolvimento Regional.

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Desenvolvimento Regional. Email: almeidanaira0202@gmail.com.

<sup>3</sup> Orientadora, Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Docente do Instituto Federal do Amapá. E-mail: ana.lima@ifap.edu.br.

## 1 INTRODUÇÃO

O Arquipélago do Bailique, localizado na foz do Rio Amazonas, cerca de 180 km de distância do município de Macapá, capital do Amapá, compreende oito ilhas estuarinas com aproximadamente 10 mil ribeirinhos em 51 comunidades acessíveis apenas por via fluvial (Superti *et al.*, 2025). Como distrito administrativo isolado de Macapá, o arquipélago lida com presença limitada do Estado, resultando em exclusão social, precariedade de serviços públicos, insegurança alimentar e limitações de mobilidade (Alves; Ramos, 2019; Euler, 2020).

Apesar das dificuldades e carências, o Bailique é marcado por modos de vida profundamente conectados à natureza, à coletividade e à ancestralidade. Os saberes tradicionais, as relações de reciprocidade e a conexão simbólica com o território formam uma relevância socioambiental única, que transcende indicadores econômicos convencionais e revela formas singulares de resistência, pertencimento e sustentabilidade. Essas dimensões reforçam a importância de modelos de desenvolvimento territorial, uma vez que reconhecem os valores culturais e ecológicos das comunidades ribeirinhas (Diegues; Arruda, 2000; Federici, 2019).

Este território, de alta biodiversidade, inserida em ecossistemas de várzea<sup>4</sup>, campos alagados e manguezais (Silva; Alves, 2024), enfrenta, contudo, ameaças socioambientais que definem um conflito central de desenvolvimento regional: a intensificação de processos como a erosão ("terras caídas") e, criticamente, a salinização das águas. Este último fenômeno, impulsionado por fatores antropogênicos exógenos, como a alteração do fluxo de água doce por hidrelétricas no Rio Araguari, compromete o consumo humano e a própria base econômica local do açaí (*Euterpe oleracea*) (Cameli; Silva, 2023; Pedroso; Santos, 2024; Euler, 2020; Chaves, 2015). Configura-se, assim, um cenário cuja vulnerabilidade ecológica é agravada por decisões de gestão territorial tomadas à distância, de cima para baixo, impactando diretamente os modos de vida ribeirinhos (Diegues; Arruda, 2000; Federici, 2019).

Historicamente, a economia do Bailique é sustentada pelo agroextrativismo do açaí (*Euterpe oleracea*) cuja exploração foi marcada por relações de produção predatórias e falhas de mercado, com atravessadores capturando a maior parte do valor, gerando um ciclo vicioso de exploração econômica e precariedade de infraestrutura e reforçando a exclusão social e a insegurança alimentar (Costa; Beitem, 2020; Euler, 2020; Cialdella *et al.*, 2022). A safra do açaí, impulsionada pelo regime de cheias e chuvas, ocorre entre março e junho e concentra seu pico entre maio e junho (Carvalho *et al.*, 2017). Tal período antecede a intensificação da salinização e da escassez hídrica, fenômenos que se manifestam de forma mais aguda no segundo semestre (agosto a dezembro), devido à menor vazão do rio e à maior intrusão marinha (Cameli; Silva, 2023).

E em resposta direta a essa vulnerabilidade ecológica (salinização) e econômica (atravessadores), a Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas do Bailique e Beira Amazonas (Amazonbai) emerge em 2017 após a constituição do Protocolo Comunitário de Bailique<sup>5</sup>, para fomentar as atividades na extração, processamento e comercialização do açaí

---

<sup>4</sup> Várzea: ecossistema amazônico formado por planícies aluviais periodicamente inundadas, caracterizado por solos férteis e elevada biodiversidade. No Bailique, esse ambiente é descrito por Silva e Alves (2024) como altamente dinâmico e vulnerável a processos erosivos.

<sup>5</sup> Instrumento político de autodeterminação que estabeleceu as bases para a gestão coletiva do território e de seus recursos. Fonte: COMITÊ GESTOR DO PROTOCOLO DO BAILIQUE. Protocolo Comunitário do Bailique. Macapá: Rede GTA; Conselho Comunitário do Bailique; Colônia de Pescadores Z-5, 2014. Disponível em: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2020/10/Protocolo-Comunitario-do-Bailique.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2025.

(*Euterpe oleracea*). A cooperativa se apresenta trabalhando em colaboração com as comunidades locais, promovendo capacitação, assistência técnica e a valorização da sociobiodiversidade e cuja produção é destinada ao mercado externo, tanto nacional quanto internacional (Costa; Beitem, 2020; Cialdella *et al.*, 2022). Embora a cooperativa também atue na região do Beira Amazonas, localizada nos municípios de Macapá e Itaubal do Pírim, esta análise está centrada no território do Bailique.

Modelos de desenvolvimento implementados na Amazônia frequentemente desconsideram a complexidade territorial, social e simbólica dos modos de vida locais, priorizando intervenções externas focadas em produção em larga escala e exploração de recursos (Hecht *et al.*, 2024; Costa *et al.*, 2021; Vivien *et al.*, 2019). Diante dos desafios históricos de exclusão e invisibilidade enfrentados pelos povos e comunidades tradicionais da Amazônia, torna-se urgente repensar os caminhos da inclusão produtiva a partir de uma lógica territorial e coletiva.

Mais do que inserir essas populações em cadeias produtivas convencionais, é necessário reconhecer e fortalecer suas práticas agroextrativistas, seus saberes ancestrais e suas formas de organização comunitária como fundamentos de um modelo de desenvolvimento sustentável. O agroextrativismo, como mostram Ramos e Euler (2019), articula trabalho, cultura e natureza em uma lógica de reciprocidade, constituindo uma alternativa concreta à exploração intensiva dos recursos naturais. A inclusão produtiva, nesse contexto, não se limita à geração de renda, mas envolve a construção de autonomia, a valorização da identidade cultural e a conservação dos ecossistemas.

Neste sentido, entende-se por arranjo de sociobioeconomia solidária uma forma de organização territorial que articula práticas produtivas sustentáveis, saberes tradicionais e princípios da economia solidária, com base na valorização da sociobiodiversidade. Trata-se de uma alternativa ao modelo extrativista predatório, que busca conciliar geração de renda, conservação ambiental e autonomia comunitária (Laville, 2010; Singer, 2004; Foladori, 2018; Leff, 2004).

Diante deste cenário de vulnerabilidade socioambiental e de falhas estruturais de mercado, emerge o problema central desta pesquisa: **Como a Cooperativa Amazonbai, enquanto um arranjo de sociobioeconomia solidária, consegue gerar desenvolvimento territorial e preservar os modos de vida ribeirinhos, respondendo simultaneamente às pressões econômicas extrativistas e às ameaças ecológicas regionais?**

A hipótese deste estudo é que a Amazonbai se consolida como um modelo de desenvolvimento territorial solidário que, ao internalizar práticas de autogestão e utilizar certificações socioambientais como ferramentas de governança, promove a sociobioeconomia solidária. Este modelo não apenas gera renda e proteção ambiental, mas fundamentalmente fortalece a resiliência e a capacidade de agência (autonomia) dos territórios ribeirinhos do Bailique e do Beira Amazonas, no Amapá.

Para investigar essa hipótese, esta pesquisa pretende: (i) identificar as práticas de gestão solidária e inovação social presentes na Amazonbai, com base na sociobioeconomia, com ênfase nos processos organizativos e nas certificações participativas; (ii) analisar como estas práticas impactam diretamente no desenvolvimento sustentável e na preservação do modo de vida ribeirinho e; (iii) propor alternativas sociais e ambientais para o fortalecimento da sociobioeconomia na região e para a construção de políticas públicas em favor dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A análise proposta neste estudo se organiza em quatro eixos interdependentes: economia solidária e desenvolvimento territorial; sociobioeconomia solidária; gestão

comunitária com inovação social; e redes e mercados sustentáveis. Esses eixos permitem compreender a trajetória da Cooperativa Amazonbai para além de sua função econômica, revelando-a como um modelo de desenvolvimento territorial enraizado na sociobiodiversidade amazônica e na autonomia comunitária.

## **2.1 Economia solidária e desenvolvimento territorial**

Para discutir economia solidária, é essencial compreender os mercados alimentares locais, que são espaços de troca articulando produção, distribuição e consumo de alimentos em circuitos territorializados, geralmente envolvendo agricultores familiares, consumidores urbanos e instituições públicas (Schneider, 2016). Mais do que meros canais de comercialização, esses mercados são construções sociais que expressam valores culturais, vínculos comunitários e práticas de reciprocidade, fundamentais para a promoção da segurança alimentar, da inclusão social e do desenvolvimento rural sustentável.

Os mercados alimentares locais estruturam-se por meio de arranjos institucionais e dispositivos técnicos, como selos, certificações e políticas públicas que reconhecem a diversidade dos modos de vida e das formas de produção agroextrativistas. Sua força reside na capacidade de gerar autonomia para os produtores, reduzir a intermediação comercial e ampliar o acesso da população a alimentos saudáveis e de origem conhecida (Schneider, 2016). Ao se constituírem como espaços de resistência à lógica mercantil global, esses mercados favorecem economias solidárias enraizadas nos territórios, conectando práticas produtivas sustentáveis às demandas sociais e ambientais emergentes.

Nesse contexto, o Desenvolvimento Territorial configura-se como uma abordagem que foca na potencialização das capacidades endógenas de um determinado espaço geográfico. Vai além do crescimento econômico setorial, incorporando as dimensões social, cultural, ambiental e institucional (Guerra, 2009). Seu foco está em mobilizar e articular atores locais (comunidades, instituições, empreendedores) em torno de um projeto de futuro comum, utilizando os ativos exclusivos do território, como a sociobiodiversidade, os saberes tradicionais e o capital social, como promotores de desenvolvimento (Addor; Laricchia, 2018).

Entende-se aqui economia solidária como um modo de organizar a produção, a circulação e o consumo ancorado na autogestão, na cooperação e na reciprocidade, orientado por valores de equidade e vínculo territorial (Singer, 2004; Laville, 2010). No plano territorial, isso implica enraizar as atividades econômicas nas redes sociais locais, nos saberes e nos ativos socioambientais do lugar, reconhecendo as comunidades como protagonistas do desenvolvimento, e não meramente como beneficiárias de políticas setoriais (Addor; Laricchia, 2018; Guerra, 2009).

O desenvolvimento territorial solidário refere-se a processos de transformação social que valorizam saberes locais, a cooperação entre atores comunitários e a gestão coletiva dos recursos naturais, promovendo inclusão, equidade e sustentabilidade. Trata-se de uma alternativa à lógica hegemônica de mercado capitalista, centrada na solidariedade, na reciprocidade e na construção de economias territoriais (Laville, 2010). A convergência entre economia solidária e desenvolvimento territorial enfatiza a construção de capacidades coletivas, o fortalecimento de redes e a governança compartilhada entre atores locais, movimentos e políticas públicas (Singer, 2004). A agenda territorial emerge articulando inclusão socioprodutiva, justiça ambiental e inovação social, e precisa dialogar com políticas públicas, ainda que com tensões entre o desenho institucional e as práticas de base (Lima; Coelho Neto, 2011).

Na prática, a economia solidária promove o desenvolvimento territorial por meio da construção de cadeias curtas e cooperadas, que fortalecem circuitos econômicos locais ou

regionalizados, agregam valor à produção e asseguram a repartição justa dos benefícios. Aliada a isso, mobiliza instrumentos como as finanças solidárias e as compras públicas, que viabilizam o acesso ao crédito comunitário e a mercados institucionais, dinamizando os empreendimentos de base. Também investe na aprendizagem e na difusão de tecnologias sociais, por meio de processos de qualificação, certificação e gestão participativa, concebidos como bens comuns do território. Esses mecanismos, articulados, reforçam a autonomia comunitária, a resiliência produtiva e a retenção de renda local, pilares centrais para a consolidação de um modelo de desenvolvimento territorial solidário (Silva; Carvalho Filho, 2018).

Tais princípios dialogam diretamente com a experiência da Amazonbai, que organiza a cadeia do açaí ancorada na autogestão, em certificações socioambientais e em redes solidárias, convertendo ativos territoriais (sociobiodiversidade, saberes, vínculos comunitários) em capacidades de desenvolvimento. Ao fazer isso, enfrenta a tensão clássica entre equidade e viabilidade econômica (Gaiger, 2007) com estratégias de cooperação, inovação social e governança em rede, alinhadas ao paradigma do desenvolvimento territorial solidário (Silva; Carvalho Filho, 2018).

## **2.2 Bioeconomia, sociobioeconomia solidária, gestão comunitária e inovação social**

A bioeconomia tem sido amplamente promovida como uma estratégia para conciliar crescimento econômico e conservação ambiental, especialmente em regiões de alta biodiversidade como a Amazônia. Sua concepção dominante se baseia na utilização de recursos biológicos renováveis para produzir alimentos, energia, insumos industriais e serviços ecossistêmicos, com o apoio da ciência e da tecnologia (Costa *et al.*, 2021; Vivien *et al.*, 2019). No entanto, essa abordagem frequentemente privilegia modelos empresariais de larga escala, corre o risco de se tornar um "biocapitalismo", o que pode replicar lógicas extrativistas predatórias, ignorando práticas tradicionais de manejo que já operam com sustentabilidade e resiliência no território.

Como resposta crítica a essas limitações, emerge o conceito de sociobioeconomia, que amplia o entendimento da bioeconomia ao incorporar dimensões sociais, culturais e políticas. A sociobioeconomia solidária propõe uma economia dos territórios, se diferenciando por colocar os princípios da economia solidária como pré-condição para a bioeconomia, garantindo que o valor da biodiversidade seja gerido e distribuído pelas próprias comunidades (Singer, 2004).

Trata-se de uma bioeconomia de 'floresta em pé e rios fluindo' (Costa *et al.*, 2021; Lopes *et al.*, 2022), que reconhece os modos de vida ribeirinhos como agentes de conservação ativa e desenvolvimento sustentável, desafiando a lógica extrativista convencional (Leff, 2004; Foladori, 2018). Ao articular geração de renda, valorização cultural e autonomia política, ela promove redes de cooperação e mercados diferenciados que respeitam os limites ecológicos e os vínculos comunitários, aproximando-se do paradigma do desenvolvimento territorial solidário (Laville, 2010; Singer, 2004). Essa diversidade de arranjos produtivos e modos de vida na Amazônia exige abordagens políticas e econômicas que reconheçam sua complexidade e evitem soluções hegemônicas (Costa *et al.*, 2024).

Nesse contexto, a gestão comunitária surge como um modelo organizacional que se baseia na participação ativa dos membros da comunidade na tomada de decisões, no planejamento e na execução das atividades produtivas e sociais. Essa forma de gestão reconhece que o conhecimento sobre o uso sustentável dos recursos naturais, as práticas produtivas e as relações sociais são construídas historicamente no território e por ele moldados (Oliveira, 2010; Fernández-Llamazares *et al.*, 2020). A gestão comunitária fortalece a autonomia política e econômica das comunidades, permitindo que mantenham o controle

sobre seus ativos naturais e culturais e evitando a dependência de agentes externos.

A partir dessa base, desenvolve-se o conceito de inovação social, entendido como a criação e implementação de soluções novas ou adaptadas que respondem a demandas sociais de forma mais eficaz, justa e sustentável do que as alternativas convencionais (Seyfang; Smith, 2007; Portilho; Barbosa, 2024). Na Amazônia, a inovação social frequentemente se materializa na forma de tecnologias sociais, desenvolvidas com participação comunitária, que respeitam os ciclos ecológicos e valorizam os saberes tradicionais (Osoegawa; Chaves, 2024). Essas tecnologias não apenas resolvem problemas locais, mas também fortalecem a coesão social e a capacidade de adaptação das comunidades frente às mudanças climáticas e às pressões externas.

A atuação da Cooperativa Amazonbai exemplifica essa convergência entre sociobioeconomia solidária, gestão comunitária e inovação social. Ao estruturar sua governança de forma participativa, envolvendo cooperados em assembleias deliberativas, comissões temáticas e processos de certificação participativa, a cooperativa transforma ativos territoriais, como os saberes tradicionais, as relações de reciprocidade e a biodiversidade, em capacidades de desenvolvimento que respeitam os limites ecológicos e fortalecem o tecido social. Suas práticas de manejo sustentável do açaí combinam conhecimento tradicional e técnicas agroecológicas, agregando valor por meio do beneficiamento local e da inserção em mercados diferenciados. Ao transformar desafios como isolamento geográfico, sazonalidade da produção e limitações logísticas em oportunidades de inovação, a Amazonbai demonstra que o desenvolvimento territorial solidário na Amazônia depende de arranjos institucionais que combinem autogestão, inovação e valorização da sociobiodiversidade.

### **2.3 Redes de cooperação e mercados sustentáveis**

As redes de cooperação configuram arranjos sociais e produtivos que conectam as comunidades, as cooperativas, as organizações da sociedade civil, as instituições de pesquisa, as empresas e os órgãos públicos, com o objetivo de ampliar capacidades, compartilhar recursos e promover o desenvolvimento sustentável em bases colaborativas (Superti *et al.*, 2025). No contexto amazônico, essas redes são essenciais para superar as barreiras impostas pelo isolamento geográfico, pela infraestrutura precária e pela concentração de poder econômico, possibilitando que comunidades tradicionais acessem informação, inovação, capital e mercados (Cialdella *et al.*, 2022).

A inserção dessas redes em mercados sustentáveis representa um passo estratégico para transformar potencial em resultados concretos, conforme o conceito de valor compartilhado de Porter e Kramer (2011), que defende a criação de benefícios econômicos aliados a impactos sociais e ambientais. É preciso, contudo, diferenciar a abordagem da Amazonbai deste conceito. Enquanto o "valor compartilhado" (Porter; Kramer, 2011) é uma estratégia de gestão corporativa que busca alinhar o lucro a benefícios sociais, a sociobioeconomia solidária (Laville, 2010; Singer, 2004) parte de um princípio distinto: a economia é um meio para o fortalecimento da comunidade, e não o fim. A inserção em mercados sustentáveis é, portanto, uma tática de gestão para garantir a autonomia territorial, e não uma submissão à lógica de mercado.

Tais mercados não se limitam a transações comerciais: eles funcionam como ecossistemas que valorizam práticas socioambientalmente responsáveis, fomentam a transparência na origem dos produtos e remuneram de forma justa os produtores. Essa lógica se diferencia de mercados convencionais por internalizar custos e benefícios socioambientais na precificação e priorizar relações de longo prazo entre produtores e compradores (Porter; Kramer, 2011).

Quando fortalecidas por redes de cooperação e inseridas em mercados sustentáveis, as

organizações comunitárias conseguem não apenas manter a floresta viva e garantir a preservação da sociobiodiversidade, mas também criar ciclos de desenvolvimento territorial, onde valor econômico, integridade ecológica e bem-estar social se reforçam mutuamente. Ao inserir-se em redes, a Amazonbai amplia o alcance da sociobioeconomia solidária, mostrando que modelos econômicos baseados em governança comunitária podem ser replicáveis e adaptáveis a outros contextos amazônicos.

A articulação entre desenvolvimento territorial solidário, sociobioeconomia solidária, gestão comunitária, inovação social, redes de cooperação e mercados sustentáveis revela um caminho possível e concreto para conciliar preservação ambiental, geração de renda e fortalecimento de identidades culturais na Amazônia. O caso da Amazonbai demonstra que, quando esses elementos são integrados de forma sistêmica, potencializam-se resultados que ultrapassam a esfera econômica, promovendo resiliência, autonomia e sustentabilidade territorial. Esse entendimento fundamenta a abordagem metodológica deste estudo, que analisa, de forma empírica, como esses princípios se traduzem em práticas efetivas no contexto do Arquipélago do Bailique e Beira Amazonas.

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa-quantitativa, adotando como estratégia o estudo de caso, focado na Cooperativa Amazonbai e sua atuação no Arquipélago do Bailique. Esse recorte decorre da relevância do Bailique como território de referência, onde se concentram os dados e as dinâmicas socioambientais examinadas neste estudo, ainda que a cooperativa também atue em outras regiões. Conforme Yin (2015), essa abordagem é ideal para investigar fenômenos complexos em seu contexto real, permitindo uma análise aprofundada a partir de múltiplas fontes de evidência. O estudo foi construído exclusivamente a partir de fontes secundárias e documentais, além da vivência da pesquisadora na área estudada.

A escolha da Amazonbai como estudo de caso se justifica por sua capacidade de exemplificar uma iniciativa de sociobioeconomia enraizada em territórios ribeirinhos, que supera o isolamento geográfico e as vulnerabilidades ambientais por meio de práticas coletivas e inovadoras. Como estratégia metodológica, o caso permite uma análise holística, revelando como a cooperativa transforma desafios locais, como a sazonalidade da safra de açaí (março a julho) e a salinização das águas, em oportunidades de sustentabilidade e autonomia (Euler, 2020; Costa *et al.*, 2021). Essa abordagem não apenas valida os eixos teóricos da pesquisa, mas também destaca a resiliência comunitária, onde o manejo tradicional do açaí (*Euterpe oleracea*) integra ciclos ecológicos com relações de reciprocidade, promovendo uma “bioeconomia de floresta em pé” (Costa *et al.*, 2021). Os impactos observados, como a gestão de 4.500 hectares certificados e a geração de renda para centenas de famílias ribeirinhas (direta e indiretamente), reforçam o potencial replicável do modelo para outros ecossistemas amazônicos, confrontando paradigmas extrativistas e fomentando a justiça territorial.

A etapa de coleta de dados consistiu em uma revisão bibliográfica e análise documental. As análises bibliográficas focaram em publicações acadêmicas (artigos e teses) que se encontram depositadas em bases de dados como Scielo, Consensus, Google Scholar e repositórios de universidades. A busca utilizou palavras-chave como “cooperativismo agroextrativista”, “Amazônia”, “comunidades ribeirinhas”, “Bailique” e “Amazonbai”. Já as análises documentais abrangeram dados governamentais do Governo do Amapá, relatórios institucionais da Amazonbai, Instituto Interelos, Instituto Terroá, relatórios das certificações participativas do Imaflora, entre outros, compreendidos entre os períodos de 2015 e 2025.

De posse dos dados levantados, a pesquisa buscou realizar uma análise descritiva e

detalhada da região e seus aspectos econômicos, ambientais e sociais. O corpus documental foi submetido a uma análise de conteúdo categorial temática, conforme Bardin (2011). Inicialmente, os materiais foram organizados e categorizados em quatro eixos analíticos que nortearam a investigação: gestão solidária, focando em processos organizativos e certificações; inovação territorial, investigando a articulação com redes e a valorização cultural; sustentabilidade socioeconômica, avaliando os impactos sociais e ambientais; e redes de cooperação e mercados sustentáveis, identificando arranjos sociais e produtivos. Posteriormente, procedeu-se à análise interpretativa, cruzando informações para identificar padrões, desafios e os impactos da atuação da cooperativa que serão apresentados a seguir.

## 4 A COOPERATIVA AMAZONBAI NO BAILIQUE

### 4.1 Histórico e perfil institucional

Fundada em 2017, a cooperativa Amazonbai foi uma resposta direta à falha de mercado (70% do valor capturado por atravessadores) presente na região em decorrência da gestão territorial até então estabelecida (Euler, 2020). O modelo da cooperativa baseia-se nos princípios da economia solidária (Singer, 2004; Laville, 2010), estruturando uma governança participativa, com 144 cooperados, em 57 comunidades, cujas decisões são tomadas em assembleias e com controle por meio do conselho fiscal. Analiticamente, a Amazonbai transita de um modelo extrativista passivo para um de autogestão ativa, onde a inclusão de 54 cooperadas (duas na diretoria em 2025) e a integração dos indígenas Wajãpi (AWATAC, 2023) são elementos centrais da estratégia de gestão (IIEB, 2025).

Para se posicionar em mercados de valor, a cooperativa investiu na construção de ativos estratégicos: (A) Capital Simbólico, através do Sistema Integrado de Certificações (Instituto Terroá, 2022) quais sejam: FSC em 2016, Certificação orgânica em 2022, Serviços Ecosistêmicos em 2019, Vegano, Selo Amapá, e a Indicação Geográfica de 2025; e (B) Capital Físico, com a agroindústria em Macapá, em 2021. Esta infraestrutura, com capacidade de processamento de 2 mil litros/dia e estocagem de 60 mil litros de polpa e liofilizado, é crucial, pois ameniza a vulnerabilidade logística e a sazonalidade do açaí, permitindo o armazenamento do produto em até 12 meses e a agregação de valor via beneficiamento (liofilizado), aumentando o poder de negociação da cooperativa (Cialdella *et al.*, 2022).

Estes ativos permitiram à Amazonbai acessar redes de cooperação e mercados sustentáveis, superando o isolamento geográfico. A inserção em plataformas como a Bioconex e parcerias estratégicas com Imaflora, WRI, Terroá, IIEB, Interelos, Fundo JBS entre outros, são fundamentais não apenas para o suporte técnico e financeiro, mas como mecanismos de gestão (Superti *et al.*, 2025; Cialdella *et al.*, 2022). Elas viabilizam a superação do desafio logístico por meio de infraestrutura de beneficiamento, armazenagem e transporte como estrutura para liofilização, unidades de processamento próximo às comunidades e embarcações regionais comunitárias adaptadas para cargas de açaí, além de implementarem tecnologias de rastreabilidade (GPS, blockchain) que garantem a conformidade exigida pelos mercados de alto valor.

Como resultado da gestão integrada, a Cooperativa Amazonbai consolidou em 2024 sua inserção em nichos de alto valor, como Estados Unidos e Europa, além de redes de alimentação saudável no Brasil. A comercialização de polpa congelada e açaí liofilizado certificados viabilizou preços superiores ao mercado convencional, transformando práticas de sustentabilidade em ativos econômicos e reforçando o papel da sociobioeconomia solidária como alternativa concreta ao desmatamento (Aliança pela Restauração na Amazônia, 2024; Cialdella *et al.*, 2022).

Entretanto, essa valorização do açaí como superfood internacional (Alves; Ramos,

2019) gera um dilema central de gestão territorial: o risco da "açaiização" da paisagem. Esse fenômeno, caracterizado pela substituição de ecossistemas por monoculturas de açaí, especialmente no Pará, intensifica o empobrecimento florístico da Amazônia (Santos; Porro, 2024; Freitas *et al.*, 2021). A crescente demanda externa, embora motor de valorização, atua como um vetor de homogeneização produtiva, promovendo o avanço do açaí de sequeiro mecanizado e elevando os preços do fruto, o que paradoxalmente dificulta o acesso da população local ao seu alimento básico (Rosário; Filocreão, 2024; Farias; Brito, 2022; IPAM, 2018).

Essa transição de espécies extrativas para sistemas agrícolas convencionais (Homma, 2010) expõe a fragilidade dos arranjos tradicionais frente à lógica capitalista global. O ponto de equilíbrio para um desenvolvimento territorial sustentável reside, portanto, na gestão desse conflito. A solução não é a negação da inclusão produtiva, mas a adoção de modelos híbridos (sociobioeconomia solidária) que integrem o extrativismo sustentável, a agroecologia e a agregação de valor via beneficiamento local e certificações, garantindo que o ganho econômico reforce, em vez de minar, o sistema cultural e ecológico ribeirinho.

A complexidade da gestão da Amazonbai é amplificada por fatores exógenos que ameaçam a própria base ecológica do negócio. O aumento da salinização das águas no Bailique, intensificado pela redução do fluxo de água doce do Rio Araguari devido à construção e operação de hidrelétricas na bacia (Cameli; Silva, 2023), configura uma ameaça existencial ao manejo do açaí nativo. Essa alteração hidrológica, resultado de decisões de gestão territorial tomadas em nível regional e nacional, atua como um vetor de vulnerabilidade que ultrapassa a capacidade de controle da cooperativa. Neste cenário de fragilidade imposta, a busca por autonomia industrial e capacidade de processamento próprio torna-se uma prioridade estratégica da Amazonbai, sendo essencial para mitigar a dependência de infraestrutura externa e proteger o ciclo produtivo da comunidade.

Apesar disso, a proposta da Amazonbai se destaca como alternativa concreta e replicável de gestão de risco e desenvolvimento territorial. Ao manter o manejo comunitário em áreas certificadas, integrar saberes locais com tecnologias sociais e adotar práticas de autogestão, a cooperativa constrói um modelo de sociobioeconomia solidária que resiste à lógica predatória do extrativismo tradicional e à homogeneização produtiva da monocultura. Assim, a Amazonbai não apenas responde às pressões do mercado global, mas também reconfigura as relações de poder na cadeia produtiva, reafirmando o protagonismo<sup>6</sup> das comunidades ribeirinhas.

#### **4.2 Práticas de gestão solidária e inovação social da Amazonbai**

A análise das práticas da Cooperativa Amazonbai permitiu identificar padrões organizativos, estratégias de valorização territorial e impactos concretos nos modos de vida ribeirinhos. A governança participativa, estruturada em assembleias deliberativas e comissões temáticas, não apenas organiza a gestão interna da cooperativa, mas também expressa uma lógica de reciprocidade e equidade que rompe com a intermediação tradicional. Ao eliminar atravessadores e garantir preços justos, a cooperativa promove a redistribuição direta de valor. A inserção em mercados diferenciados, que remuneram práticas sustentáveis, permite preços até 30% superiores ao convencional para o açaí certificado, contribuindo significativamente

---

<sup>6</sup> O protagonismo comunitário refere-se à capacidade das comunidades de atuarem como sujeitos ativos na definição de seus próprios caminhos de desenvolvimento, exercendo autonomia na gestão dos recursos, na tomada de decisões e na construção de soluções coletivas. Envolve o reconhecimento dos saberes locais, a valorização da participação social e o fortalecimento da identidade territorial, sendo fundamental para processos de transformação sustentáveis e inclusivos (Laville, 2010; Singer, 2004; Fernández-Llamazares *et al.*, 2020).

para a elevação da renda dos cooperados (Instituto Terroá, 2022).

A inclusão de 54 mulheres na cooperativa e a participação dos Wajãpi configuram práticas de governança que ampliam a diversidade social e cultural na gestão. Esses arranjos indicam a incorporação da justiça social como dimensão estruturante da resiliência territorial, contribuindo para a valorização dos saberes locais e para o fortalecimento da identidade coletiva. Tal experiência articula justiça social, sustentabilidade e autonomia, elementos reconhecidos na literatura como pilares da sociobioeconomia solidária e de modelos de gestão interseccional (Leff, 2004; Foladori, 2018; Laville, 2010; Singer, 2004).

O Sistema Integrado de Certificações funciona como um mecanismo de gestão de risco e um passaporte para mercados diferenciados (Instituto Terroá, 2022). Analiticamente, o uso desses selos representa uma estratégia de inserção qualificada em nichos de alto valor que reconhecem o valor da sociobiodiversidade amazônica, e não uma submissão genérica à lógica mercantil. Contudo, a adoção desses requisitos de mercado implica custos significativos, financeiros, técnicos e organizativos, gerando uma tensão de gestão: como garantir a conformidade sem gerar exclusão social ou comprometer os modos tradicionais de manejo? Esta tensão evidencia a necessidade de políticas de apoio institucional que subsidiem os custos de certificação, evitando que as exigências se tornem um fator limitante para produtores não cooperados ou um fator de burocratização (FASE, 2022). Ainda assim, os benefícios são estruturantes, as certificações funcionam como dispositivos de reconhecimento territorial, fortalecendo a governança comunitária e a legitimidade das práticas locais frente a agentes externos (Superti *et al.*, 2025).

Embora as certificações socioambientais adotadas pela Amazonbai atendam às exigências de mercados específicos, sua implementação não configura uma estratégia de *greenwashing*<sup>7</sup>. Diferente de iniciativas empresariais que utilizam selos apenas como ferramenta de marketing, sem mudanças reais em suas práticas, as comunidades já operavam com manejo sustentável, autogestão e valorização da sociobiodiversidade antes das certificações. Os selos vieram como reconhecimento e como instrumento de inserção em mercados que remuneram práticas responsáveis. Além disso, os processos de certificação da Amazonbai são conduzidos de forma participativa, com envolvimento direto dos cooperados e adaptação das práticas locais aos critérios técnicos, sem descaracterizar os saberes tradicionais (Superti *et al.*, 2025). Ao transformar exigências externas em dispositivos de fortalecimento comunitário, a Amazonbai revela que é possível usar ferramentas do mercado global sem renunciar à autonomia territorial.

Essa estrutura de governança é um exemplo prático dos princípios de gestão dos "bens comuns" (commons) analisados por Elinor Ostrom (2012). Os açais nativos do Bailique estariam vulneráveis à "Tragédia dos Comuns". No entanto, Ostrom demonstrou que comunidades podem evitar essa tragédia ao desenvolver suas próprias instituições e regras de manejo, monitoramento e sanção. A Amazonbai, com suas assembleias, comissões e o Sistema Integrado de Certificações, atua, portanto, como uma inovação institucional: ela é o arranjo de autogoverno que garante a sustentabilidade de longo prazo de um Recurso de Uso Comum (Ostrom, 2012), algo que nem o mercado (via atravessadores) nem a ação isolada do Estado conseguiram prover.

O fundo educacional da Amazonbai, que destina 5% da arrecadação à Escola Família Agroextrativista do Bailique (EFAB) e à Escola Família Agroecológica do Macacoari (EFAM), representa uma estratégia de fortalecimento territorial, pois ao apoiar iniciativas

---

<sup>7</sup> Greenwashing refere-se à prática de empresas ou instituições que adotam discursos ou símbolos de sustentabilidade ambiental sem implementar mudanças reais em suas práticas produtivas, com o objetivo de melhorar sua imagem perante consumidores e investidores. Trata-se de uma estratégia de marketing que mascara impactos socioambientais negativos, comprometendo a transparência e a credibilidade das ações sustentáveis (Delmas; Burbano, 2011).

pedagógicas enraizadas no contexto ribeirinho, o fundo beneficia indiretamente cerca de 2 mil pessoas, promovendo a transmissão intergeracional de saberes, a valorização da identidade local e a formação de lideranças comunitárias (IIEB, 2025). Essa ação revela uma concepção de educação como bem comum, articulada à gestão comunitária e à inovação social.

Ao integrar práticas pedagógicas com os ciclos ecológicos e produtivos do território, as escolas fortalecem a autonomia das comunidades frente às ameaças externas — como o avanço de projetos extrativistas e a erosão dos modos de vida tradicionais. Além disso, ao capacitar jovens e adultos para o manejo sustentável, a gestão cooperativa e o monitoramento ambiental, o fundo educacional contribui para ampliar a resiliência coletiva e consolidar a sociobioeconomia solidária como projeto político e pedagógico. Trata-se de uma aposta no futuro do território, construída a partir de dentro, com base na reciprocidade e na justiça socioambiental.

Essas práticas transformam vulnerabilidades como isolamento fluvial e sazonalidade, em ativos territoriais, promovendo uma economia de “floresta em pé e rios fluindo” (Costa *et al.*, 2021). Por serem enraizadas nas relações de reciprocidade e nos saberes locais, posicionam as comunidades como protagonistas do desenvolvimento territorial, consolidando a sociobioeconomia solidária como alternativa aos modelos extrativistas predatórios. O quadro 1 sintetiza as práticas e seus impactos iniciais, conectando-as à sociobioeconomia.

Quadro 1 - Práticas de Gestão Comunitárias e Inovação Social da Amazonbai

<b>Prática</b>	<b>Descrição</b>	<b>Impacto na Sociobioeconomia</b>
Assembleias e Conselhos Deliberativos	Decisões coletivas com 54 mulheres (triplicou em 5 anos) e 2 na diretoria (2025: vice-presidente e secretária).	Fortalece coesão social, empoderamento de gênero e agência comunitária, promovendo equidade e reciprocidade (IIEB, 2025; Laville, 2010).
Certificações Participativas	FSC (2016), Orgânica (2022), Serviços Ecológicos (2019), Selo Amapá, Vegano, rastreabilidade.	Diferenciação em mercados sustentáveis, com preços 30% acima do convencional, valorizando a sociobiodiversidade (Instituto Terroá, 2022).
Beneficiamento Local	Agroindústria em Macapá (2 mil L/dia, 60 mil L armazenamento) para polpa e liofilizado.	Agrega valor, reduz perdas sazonais e promove autonomia econômica, alinhada à gestão comunitária (Superti <i>et al.</i> , 2025).
Fundo Educacional	5% da arrecadação para EFAB e EFAM, apoiando educação comunitária.	Fortalece o capital humano e a transmissão de saberes tradicionais, promovendo resiliência cultural e socioeconômica (IIEB, 2025).

Fonte: Elaborado por Naira Almeida (2025).

### 4.3 Análise dos impactos no desenvolvimento sustentável e na preservação do modo de vida ribeirinho

No plano econômico, a cooperativa apresentou crescimento expressivo: o faturamento passou de R\$ 1,5 milhão em 2023 para cerca de R\$ 6 milhões em 2024, dos quais R\$ 2

milhões corresponderam às exportações de açaí liofilizado, equivalentes a 33% da receita total (Aliança pela Restauração na Amazônia, 2024; Ozório, 2025). Esse desempenho repercutiu diretamente na renda das famílias cooperadas, estimada entre R\$ 10 mil e R\$ 20 mil anuais. Para 2025, a meta de alcançar 900 toneladas de polpa evidencia a limitação da atual capacidade industrial, ainda dependente de terceirização (Aliança pela Restauração na Amazônia, 2024). A implantação de uma nova unidade de processamento é considerada essencial para ampliar a autonomia produtiva e reduzir a participação de recursos filantrópicos, que em 2024 representavam 12% da receita total (Ozório, 2025).

Esses números, embora expressivos, devem ser lidos à luz do contexto territorial, pois o Bailique é marcado por isolamento fluvial e sazonalidade produtiva, onde o pico da safra do açaí ocorre entre maio e junho. Nesse cenário, a capacidade da cooperativa de transformar essas limitações em ativos como a rastreabilidade, o beneficiamento local e o armazenamento da polpa para comercialização durante a entressafra, quando a salinização se intensifica e o risco hídrico é maior, revela uma estratégia de resiliência territorial.

Socialmente, os impactos da Amazonbai estão diretamente ligados à preservação do modo de vida ribeirinho, entendido como um conjunto de práticas, saberes e relações que articulam o cotidiano das comunidades com os ciclos ecológicos dos rios, a ancestralidade e a reciprocidade. Esse modo de vida envolve uma cosmologia territorial, onde o trabalho, a alimentação, a espiritualidade e a organização social estão conectados à natureza e à coletividade (Diegues; Arruda, 2000; Federici, 2019). A inclusão dos Wajãpi via AWATAC (2023) é gradual, começando pela capacitação e compra da produção para posterior certificação/cooperação, se desejarem, fortalecendo a autonomia indígena e ampliando a diversidade sociocultural da cooperativa.

Essa valorização da agência indígena e comunitária está alinhada com os princípios defendidos por Reyes-García *et al.* (2021), que destacam a importância de reconhecer os direitos territoriais e a capacidade de decisão dos povos tradicionais na construção de agendas de biodiversidade pós 2020. As capacitações em agroecologia<sup>8</sup> e gestão, que beneficiam cerca de 2 mil pessoas indiretamente, contribuem para a retenção de jovens no território, reduzindo a migração e a insegurança alimentar. A presença feminina na diretoria em 2025 exemplifica a inovação social, combatendo a invisibilização de gênero e promovendo a educação, como o acesso ao Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) para cooperadas (IEEB, 2025).

A atuação ambiental da Amazonbai revela uma ecologia aplicada ao território, que articula os processos ecológicos com os modos de vida e as práticas de gestão comunitária, com efeitos concretos na saúde dos ecossistemas e na qualidade de vida das comunidades ribeirinhas. Trata-se de uma abordagem que reconhece o território não apenas como espaço físico, mas como lugar de construção de vínculos, saberes e relações entre sociedade e natureza. Segundo Leff (2004), essa racionalidade ambiental implica na reapropriação social da natureza, onde os sujeitos coletivos manejam os recursos com base em seus valores culturais e ecológicos. Para Martínez-Alier (2007), esta é a essência do "ecologismo dos pobres", onde a defesa do ambiente é, intrinsecamente, a defesa da subsistência, da cultura e do território contra os conflitos distributivos gerados pela economia convencional. Porto-Gonçalves (2006) reforça que o território é sempre uma construção política e simbólica, e que os saberes ecológicos dos povos tradicionais são formas de resistência frente à homogeneização imposta pela globalização.

No Bailique o manejo sustentável dos açaizais dos cooperados da Amazonbai contribui

---

<sup>8</sup> Agroecologia: campo científico e prático que integra conhecimentos tradicionais e modernos para o manejo sustentável dos agroecossistemas. Fundamenta-se em princípios ecológicos, sociais e culturais, buscando conciliar produção de alimentos, conservação da biodiversidade e justiça social (Altieri, 2012).

diretamente para a gestão dos riscos hídricos e para a mitigação da salinização (Pedroso; Santos, 2024). Práticas como a conservação dos manguezais e áreas de várzea fortalecem a regulação climática, a retenção de sedimentos e a proteção contra a erosão costeira (Euler, 2020). Também, a vigilância ambiental comunitária transforma o saber local em ferramenta de gestão territorial que permite identificar áreas de risco e planejar o uso do solo, contribuindo para a prevenção da erosão e do deslocamento forçado de famílias. Todos estes impactos demonstram que a Amazonbai fortalece a funcionalidade ecológica e a capacidade de adaptação dos territórios ribeirinhos.

Esses impactos, sistematizados no Quadro 2, demonstram que o modelo da Amazonbai gera renda e conserva o ambiente, além de preservar os modos de vida ribeirinhos, ao articular saberes locais, inclusão social e governança comunitária. Trata-se de um modelo que transforma vulnerabilidades em capacidades territoriais, consolidando um caminho possível para o desenvolvimento sustentável na Amazônia (Souza *et al.*, 2020).

Quadro 2 - Impactos da atuação da Amazonbai nos modos de vida ribeirinhos

<b>Dimensão</b>	<b>Indicadores (2024-2025)</b>	<b>Relação com Preservação Ribeirinha</b>
Econômica	Faturamento R\$ 1,5 mi (2023); Renda familiar média: R\$ 10-20 mil/ano; Exportação de liofilizado (meta R\$ 2 mi em 2024).	Aumento da renda familiar (R\$ 10-20 mil/ano) por meio da eliminação de atravessadores e preços premium (até 30% acima), que sustenta a coletividade e os ciclos sazonais.
Social	144 cooperados; 54 mulheres (triplicou); Integração Wajãpi;	Valoriza saberes ancestrais e inclusão, reduzindo exclusão.
Ambiental	4.500 ha certificados; Conservação de carbono/biodiversidade; Redução no risco de desmatamento; Monitoramento hídrico e mitigação da salinização; Conservação de manguezais e várzeas; Retenção de matéria orgânica e fertilidade do solo; Prevenção da erosão e deslocamento de famílias.	Manejo respeita ecossistemas estuarinos; Melhora acesso à água potável; Mitiga erosão e salinização; Preserva diversidade florística; Fortalece funcionalidade ecológica do território.

Fonte: Elaborado por Naira Almeida (2025).

O modelo da Amazonbai revela que a valorização de produtos florestais não madeireiros, como o açaí manejado comunitariamente, pode ser uma porta de entrada para o desenvolvimento territorial na Amazônia. No entanto, essa valorização não deve ser confundida com a mercantilização da floresta (Abramovay *et al.*, 2021). O desafio central está em conciliar a inclusão produtiva com a preservação dos modos de vida ribeirinhos, que são profundamente conectados à natureza, à ancestralidade e à reciprocidade. Nesse contexto, o agroextrativismo emerge como uma expressão da identidade ribeirinha, articulando práticas de manejo com os ciclos ecológicos dos rios, saberes ancestrais e vínculos comunitários e constituindo uma forma de viver e produzir que resiste à lógica da homogeneização produtiva. O açaí, nesse arranjo, não é apenas uma commodity — é um elo entre território, cultura e

autonomia.

A relação do ribeirinho com o açaí transcende a lógica produtiva e comercial: trata-se de um vínculo territorial, cultural e afetivo que estrutura o cotidiano, a identidade e a subsistência das famílias amazônicas. Como mostram Farias e Brito (2022), o açaí não é apenas um fruto, é um elemento de territorialidade, presente nas práticas alimentares, nas narrativas orais, nas técnicas de manejo e nas formas de organização do trabalho familiar. O manejo tradicional, realizado com pecônia e paneiro<sup>9</sup>, envolve saberes ancestrais e práticas coletivas que reproduzem vínculos de pertencimento e solidariedade. O território ribeirinho é, nesse sentido, um espaço vivido e humanizado, onde o açaí atua como mediador entre natureza e cultura, entre memória e resistência.

No entanto, a crescente valorização do açaí como commodity global tem tensionado essa relação, deslocando o fruto de seu contexto simbólico e territorial para os circuitos da mercantilização. A expansão dos açazais manejados e a entrada de atravessadores e exportadores têm alterado os arranjos produtivos locais, gerando dependência econômica, aumento de preços e pressão sobre os modos de vida tradicionais. Como alertam Farias e Brito (2022), há o risco de que o açaí deixe de ser um elemento de empoderamento territorial para se tornar um vetor de vulnerabilidade, caso não sejam garantidas políticas públicas que reconheçam e protejam os direitos territoriais dos ribeirinhos. A territorialidade construída em torno do açaí precisa ser reafirmada frente à lógica extrativista, valorizando o protagonismo comunitário e os saberes locais como fundamentos de uma sociobioeconomia justa e enraizada.

Conciliar inclusão produtiva e modo de vida ribeirinho exige, portanto, uma abordagem desenvolvimentista crítica, que reconheça a sociobiodiversidade como ativo estratégico e os saberes locais como tecnologias sociais. A sociobioeconomia solidária propõe uma economia dos territórios, construída a partir das práticas das comunidades e orientada pela justiça socioambiental com o manejo sustentável, a autogestão e a repartição equitativa dos benefícios. A Amazonbai demonstra que é possível gerar renda, conservar ecossistemas e fortalecer identidades culturais sem romper com os vínculos comunitários. Mas essa possibilidade não é automática: ela depende de arranjos institucionais sensíveis ao território, de políticas públicas que reconheçam a diversidade dos modos de vida amazônicos e de redes de cooperação que ampliem a escala sem comprometer a autonomia. Conciliar inclusão produtiva e esses modos é, portanto, um exercício de equilíbrio entre floresta viva e dignidade em movimento, entre tradição e inovação, entre o local e o global.

Para que esse equilíbrio seja efetivo, é necessário respaldo institucional que assegure a participação das comunidades nos processos decisórios. Por meio da instituição de políticas públicas que integrem a consulta prévia, livre e informada, conforme previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1989), como princípio estruturante da governança territorial na Amazônia. Essa consulta não deve ser tratada como mera formalidade, mas como um instrumento de gestão do desenvolvimento que reconhece o direito de veto e a capacidade deliberativa dos sujeitos coletivos. Sua aplicação é crucial para mitigar os conflitos socioambientais e assegurar que as decisões sobre o uso dos recursos naturais estejam alinhadas à racionalidade ambiental das comunidades ribeirinhas (Leff,

---

<sup>9</sup> Paneiro é um cesto trançado de fibras vegetais, tradicionalmente confeccionado pelas comunidades amazônicas e utilizado para transportar frutos, especialmente o açaí. Além de sua função prática, o paneiro é um artefato cultural que expressa saberes artesanais e modos de vida ribeirinhos, sendo frequentemente produzido em mutirões familiares e comunitários (Farias; Brito, 2022).

Peconha é uma alça de corda ou fibra vegetal amarrada aos pés, que permite ao coletor escalar os troncos das palmeiras de açaí com segurança e agilidade. Essa técnica, transmitida entre gerações, constitui um conhecimento tradicional associado ao manejo do açazal e à organização do trabalho coletivo, reforçando vínculos de pertencimento e solidariedade (Farias; Brito, 2022).

2004).

A partir desse fundamento, as alternativas delineadas organizam-se em quatro eixos estratégicos: (i) Políticas de governança participativa, assegurando mecanismos institucionais de controle social; (ii) Programas de produção sustentável, voltados ao incentivo da agroecologia como estratégia de adaptação às mudanças climáticas e de valorização da sociobiodiversidade, articulando práticas tradicionais e inovação tecnológica; (iii) Mecanismos de inclusão financeira solidária, estruturados por meio de linhas de crédito territorializadas, do fortalecimento dos mercados institucionais (Programa Nacional de Alimentação Escolar; Programa de Aquisição de Alimentos) ajustados à sazonalidade estuarina, e da implementação de programas de custeio dos custos iniciais das certificações comunitárias, de modo a reduzir barreiras de entrada e ampliar a competitividade das organizações locais em mercados diferenciados; (iv) Ações de desenvolvimento institucional das organizações comunitárias, mediante programas voltados ao fortalecimento da gestão, da capacidade organizativa e da representação política das cooperativas e associações locais, promovendo maior autonomia e protagonismo nos processos de formulação de políticas públicas.

Assim, ao articular políticas de governança participativa, programas de produção sustentável, mecanismos de inclusão financeira e ações de fortalecimento institucional, essas proposições não apenas corrigem falhas de mercado e reduzem assimetrias logísticas, mas também operam como instrumentos de expansão das capacidades coletivas, de consolidação dos bens comuns e de afirmação da racionalidade ambiental. Nesse sentido, configuram um paradigma alternativo de desenvolvimento territorial, fundamentado na sustentabilidade ecológica e na autonomia política das comunidades ribeirinhas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O incentivo às atividades produtivas na Amazônia, especialmente aquelas ligadas ao agroextrativismo e aos produtos florestais não madeireiros, precisa partir de uma lógica territorial, e não de uma imposição externa. Isso significa reconhecer que o território não é apenas um espaço físico, mas um lugar de vínculos, identidades e práticas que sustentam a vida.

Nesse sentido, o cooperativismo agroextrativista representa uma estratégia concreta de valorização territorial, pois ao organizar coletivamente a produção, a gestão e a comercialização, as comunidades ampliam sua capacidade de negociação, fortalecem sua autonomia e criam redes de solidariedade que resistem à lógica predatória do mercado. Incentivar essas atividades, desde que partam do território, é apostar na sociobioeconomia como projeto político. Além disso, essas iniciativas geram efeitos estruturantes: promovem inclusão produtiva sem romper com os modos de vida ribeirinhos, conservam ecossistemas ao invés de substituí-los, e criam alternativas reais ao êxodo rural e à dependência de políticas assistencialistas. Como mostra a experiência da Amazonbai, quando as comunidades têm acesso a ferramentas de gestão, certificações participativas e redes de cooperação, elas transformam vulnerabilidades em ativos territoriais. O papel das políticas públicas, nesse contexto, deve ser o de reconhecer, apoiar e escalar essas soluções locais, sem descaracterizá-las.

Esta pesquisa analisou a Cooperativa Amazonbai como um modelo de sociobioeconomia solidária no Arquipélago do Bailique e Beira Amazonas, confirmando o objetivo geral de compreender como suas práticas de gestão solidária e inovação social promovem o desenvolvimento sustentável e a preservação dos modos de vida ribeirinhos. E validou a hipótese da Amazonbai como um arranjo de desenvolvimento territorial solidário, apoiado em autogestão participativa e certificações socioambientais, que gera renda

equitativa, proteção ambiental e valorização cultural, fortalecendo a resiliência das comunidades ribeirinhas.

Contudo, o próprio sucesso da Amazonbai engendra novos desafios: a salinização intensificada por decisões de gestão regional exógenas (hidrelétricas no Rio Araguari) representa uma ameaça existencial ao núcleo do negócio: o açazeiro. Essa situação expõe a limitação da autonomia local e mostra que o desenvolvimento territorial não pode ser dissociado de políticas ambientais e de energia em nível regional e nacional.

Igualmente, a inserção em mercados globais exige o cumprimento de exigências relacionadas à qualidade, ao volume e à competitividade dos preços. Além disso, a crescente concentração produtiva no "ouro roxo" expõe a cooperativa a vulnerabilidades econômicas (doença, clima, preço internacional) que a diversificação da base econômica poderia mitigar.

A análise da Cooperativa Amazonbai evidencia que o desenvolvimento sustentável na Amazônia vai além da adoção de boas práticas produtivas. Ele exige a articulação entre saberes locais, gestão comunitária, inovação social e redes de cooperação territorial. Os eixos teóricos mobilizados (economia solidária e desenvolvimento territorial; sociobioeconomia solidária; gestão comunitária com inovação social; e redes de cooperação e mercados sustentáveis) demonstram que a atuação da cooperativa não se limita à geração de renda. Ao contrário, ela se configura como uma catalisadora de ciclos virtuosos, promovendo inclusão produtiva com justiça socioambiental, fortalecendo vínculos comunitários e ampliando as possibilidades de permanência digna no território.

A gestão estratégica, quando aliada à justiça socioambiental e orientada por uma escuta ativa dos sujeitos do território, torna-se uma ferramenta de resistência e transformação. Ela permite que o desenvolvimento seja construído com as comunidades, e não sobre elas, respeitando seus tempos, saberes e aspirações. Nesse sentido, iniciativas como a da Amazonbai apontam caminhos possíveis para uma Amazônia viva, onde tradição e inovação caminham juntas, e onde a floresta não é apenas cenário, mas sujeito de direitos.

A identificação das práticas e a análise dos seus impactos atendem aos objetivos específicos: (i) identificaram-se práticas como assembleias deliberativas, o Sistema Integrado de Certificações e o beneficiamento local na agroindústria de Macapá (a partir de 2021); (ii) evidenciaram a preservação do modo de vida ribeirinho via reciprocidade e saberes tradicionais, alinhados à "bioeconomia de floresta em pé e rios fluindo"; e (iii) subsidiaram proposições para políticas públicas. Apesar das limitações de dados secundários, como a ausência de narrativas orais diretas, que restringem nuances contextuais, o estudo reforça a relevância acadêmica e prática da sociobioeconomia.

A partir da análise realizada, conclui-se que iniciativas como a Amazonbai devem ser reconhecidas e fortalecidas como referências para políticas públicas, programas de fomento e estratégias de desenvolvimento regional. Elas demonstram que é possível construir caminhos alternativos ao extrativismo predatório, com base na floresta viva, na dignidade em movimento e na potência coletiva dos povos amazônicos.

Essas políticas são ainda mais urgentes diante do agravamento da crise climática que intensifica fenômenos como a salinização das águas, a erosão das margens e a insegurança alimentar. A construção de políticas públicas sensíveis ao território é essencial para garantir que os povos e comunidades tradicionais da Amazônia possam permanecer em seus territórios com dignidade. Trata-se de reconhecer que a sustentabilidade de longo prazo requer a integração da gestão comunitária do desenvolvimento com a gestão estratégica dos riscos ambientais regionais.

Em suma, a trajetória da Amazonbai é um retrato da complexidade e da dupla contradição do desenvolvimento na Amazônia: o paradoxo econômico (a valorização do açaí gera o risco de açaiização) e o paradoxo ambiental (o sucesso local é ameaçado por decisões de gestão regional, como a salinização). Ela demonstra o potencial da sociobioeconomia para

o empoderamento local, mas também expõe a fragilidade da autonomia comunitária diante de um modelo de desenvolvimento que, historicamente, prioriza os grandes projetos.

A sociobioeconomia precisa estar ancorada em uma forte governança ambiental e em políticas públicas que protejam o território e os ecossistemas. Sem isso, mesmo iniciativas de sucesso, como a Amazonbai, permanecem vulneráveis a retrocessos e impactos de grande escala, reafirmando que a luta pelo desenvolvimento sustentável na Amazônia é, essencialmente, uma luta pela justiça territorial.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; FERREIRA, Joice; COSTA, Francisco de Assis; EHRLICH, Marco; EULER, Ana Margarida Castro; YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann; KAIMOWITZ, David; MOUTINHO, Paulo; NOBRE, Ismael; ROGEZ, Hervé; ROXO, Eduardo; SCHOR, Tatiana; VILLANOVA, Luciana. Chapter 30: The New Bioeconomy in the Amazon: Opportunities and Challenges for a Healthy Standing Forest and Flowing Rivers. *In*: NOBRE, Carlos. *et al.* (Eds.). **Amazon Assessment Report 2021**. New York: United Nations Sustainable Development Solutions Network, 2021. p. 1315-1348. Disponível em: <https://www.theamazonwewant.org/spa-reports/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila Rolim (Org.). **Incubadoras tecnológicas de economia solidária**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. 372 p.

ALTIERI, Miguel Ángel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 480 p.

ALIANÇA PELA RESTAURAÇÃO NA AMAZÔNIA. **Bioeconomia da Restauração na Amazônia**. [s. l.]: Aliança pela Restauração na Amazônia, 2024. ISBN 978-65-985632-0-2. Disponível em: [https://aliancaamazonia.org.br/wp-content/uploads/2024/11/Bioeconomia\\_Restauracao\\_Alianca.pdf](https://aliancaamazonia.org.br/wp-content/uploads/2024/11/Bioeconomia_Restauracao_Alianca.pdf). Acesso em: 04 out. 2025.

ALVES, Geová.; RAMOS, Roberta Peixoto. Açai berry: Brazil's super fruit. *In*: PULLANIKKATIL, D.; SHACKLETON, C. (ed.). **Poverty reduction through non-timber forest products**. Sustainable Goals Series. Cham: Springer, 2019. p. 37-43.

AMAPÁ. Secretaria de Meio Ambiente. **Plano de enfrentamento à salinização no Bailique: estações de tratamento e distribuição de água potável**. Macapá: Governo do Amapá, 2023. Disponível em: <https://portal.ap.gov.br>. Acesso em: 15 ago. 2025.

AMAZONBAI. **Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas do Bailique e do Beira Amazonas**. Site institucional. [s. l.], 2025. Disponível em: <https://www.amazonbai.com.br>. Acesso em: 14 jun. 2025.

ASSOCIAÇÃO WAJĀPI TERRA, AMBIENTE E CULTURA. **Relatório de inclusão Wajãpi**. [s. l.]: AWATAC, 2023. 10 p. Relatório.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 279 p.

CAMELI, Raylene; SILVA, Cristovão H. R. Bioeconomia e performance geoeconômica no cenário de mudanças climáticas: o caso de Bailique/AP – Brasil. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 10, e4104231, out., 2023. Disponível em: <https://recima21.com.br/recima21/article/view/4231>. Acesso em: 11 jul. 2025.

CARVALHO, Antônio C. A.; COSTA, F. A.; SEGOVIA, José F. O. Caracterização e análise econômica do arranjo produtivo local do açaí nativo no Estado do Amapá. *In*: OLIVEIRA, Carlos W. A. *et al.* (Orgs.). **Arranjos produtivos locais e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. cap. 7, p. 109-128.

CHAVES, Maria Emília Oliveira. **Unidades de conservação do Amapá: injustiça ambiental, conflitos territoriais e desafios para a conservação ambiental na Pan-Amazônia**. 2015. 322f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2015..

CIALDELLA, Nathalie; EULER, Ana M. C.; SUPERTI, Eliane; MAZUREK, Roselis R. S. Comunidades tradicionais tecendo o desenvolvimento territorial: três experiências de interações entre sociobiodiversidade, mercados, políticas públicas e ação coletiva. **GEO UERJ**, n. 40, e64997, jul./dez., 2022. Publicação contínua. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1142582>. Acesso em: 20 jul. 2025.

COSTA, Francisco A.; ASSAD, Eduardo D.; BEBBINGTON, Denise H.; BRONDIZIO, Eduardo S.; FEARNSIDE, Philip M.; GARRETT, Rachael; HECHT, Susanna; HEILPERN, Sebastian; McGRATH, David; OLIVEIRA, Gustavo; PEREIRA, Henrique S.; SCHMINK, Marianne. Complex, diverse and changing agribusiness and livelihood systems in the Amazon. **Acta Amazonica**, v. 54, n. spe. 1, e54es22096, jan., 2024. Disponível em: <https://doi.org/101590/1809-4392202200960>. Acesso em: 18 jul. 2025.

COSTA, Francisco A.; NOBRE, Carlos; GENIN, Carolina; FRASSON, Caroline M. R.; FERNANDES, Danilo A.; SILVA, Harley; VICENTE, Iara; SANTOS, Inaiê T.; FELTRAN-BARBIERI, Rafael; VENTURA NETO, Raul; FOLHES, Ricardo. **Uma bioeconomia inovadora para a Amazônia: conceitos, limites e tendências para uma definição apropriada ao bioma floresta tropical**. São Paulo: WRI Brasil, 2021. Texto para discussão. Disponível em: <https://wribrasil.org.br>. Acesso em: 25 jun. 2025.

COSTA, Renata M. G. F.; BEITUM, Luís F. L. **Diálogos Pró-Açaí: padrões de sustentabilidade na cadeia de valor do açaí**. [s. l.]. Instituto Terroá, 2020. Disponível em: <https://bivica.org/file/view/id/6540>. Acesso em: 25 jul. 2025. 64p. Relatório.

DELMAS, Magali A.; BURBANO, Vanessa C. The drivers of greenwashing. **Forthcoming California Management Review**, v. 54, n. 1, p. 64–87, Out., 2011. Disponível em: [https://innovation.luskin.ucla.edu/sites/default/files/The%20Drivers%20of%20Greenwashing\\_Delmas-Burbano-CMR-2011.pdf](https://innovation.luskin.ucla.edu/sites/default/files/The%20Drivers%20of%20Greenwashing_Delmas-Burbano-CMR-2011.pdf) Acesso em: 20 jul. 2025.

DIEGUES, Antonio C.; ARRUDA, Rinaldo. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. São Paulo: Ministério do Meio Ambiente / NUPAUB – USP, 2000. 211p.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Açaí: mais que um fruto, símbolo da cultura alimentar e bioeconomia**. Macapá: Embrapa Amapá, 2023. 28 p. (Infoteca Embrapa). Disponível em: <CPAF-AP-2023-Acai-mais-que-um-fruto-simbolo-da-cultura-alimentar-e-bioeconomia.pdf>. Acesso em: 24 maio 2025.

EULER, Ana M. C. Aspectos socioeconômicos e ambientais do açaizeiro no estado do Amapá. *In*: JORNADA DE BOTÂNICA E ECOLOGIA, 2.; JORNADA AMAPAENSE DE BOTÂNICA, 2., 2020, Macapá, AP. **Anais...** Macapá, AP, 2020. Disponível em:

<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1145547>. Acesso em: 13 jun. 2025.

FARIAS, Rosana T. S.; BRITO, Daguiete M. C.. O açaí no contexto do território e da territorialidade ribeirinha na Amazônia brasileira. **Confinns**, n. 54, p. 1-19, 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confinns/44303>. Acesso em: 15 set. 2025.

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL. **Certificação participativa na agricultura familiar**. Rio de Janeiro: FASE; Fundo Amazônia, 2022. 12 p. Nota Técnica VI (Projeto Amazônia Agroecológica). Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projetos/amazonia-agroecologica>. Acesso em: 13 mai. 2025.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2019. 392 p.

FERNÁNDEZ-LLAMAZARES, Álvaro; TERRAUBE, Julien; GAVIN, Michael C.; PYHÄLÄ, Aili; SIANI, Sacha M. O.; CABEZA, Mar; BRONDIZIO, Eduardo S. Reframing the wilderness concept can bolster collaborative conservation. **Trends in Ecology & Evolution**, v. 35, n. 9, p. 750–753, set., 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.tree.2020.06.005>. Acesso em: 11 jul. 2025

FOLADORI, G. **Bioeconomía y capitalismo**: una crítica desde la economía ecológica. México: UNAM, 2018. 222 p.

FREITAS, Maria A. B.; MAGALHÃES, José L. L.; CARMONA, Carlos P.; ARROYO-RODRÍGUEZ, Victor; VIEIRA, Irma C. G.; TABARELLI, Marcelo. Intensification of açai palm management largely impoverishes tree assemblages in the Amazon estuarine forest. **Biological Conservation**, v. 261, 109251, set., 2021. Publicação contínua. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2021.109251>. Acesso em: 22 maio 2025.

FOREST STEWARDSHIP COUNCIL BRASIL. **Relatório de certificação de serviços ecossistêmicos no Bailique**. São Paulo: FSC Brasil, 2019. 44 p. Relatório. Disponível em: <https://br.fsc.org>. Acesso em: 15 ago. 2025.

FUNDO JBS PELA AMAZÔNIA. Cooperativa da Amazônia triplica faturamento com a exportação de açaí em pó. **JBS Media Room**, São Paulo, 21 fev. 2025. Disponível em: <https://mediaroom.jbs.com.br/noticia/cooperativa-da-amazonia-triplica-faturamento-com-a-exportacao-de-acai-em-po>. Acesso em: 28 out. 2025.

GAIGER, Luis I. Relações entre equidade e viabilidade nos empreendimentos solidários. *In*: SINGER, Paul; GAIGER, Luis I. (Org.). **Economia solidária**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2007. p. 93-110.

GUERRA, Aldemir. **Economia solidária e desenvolvimento local na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2009. 222 p.

HECHT, Susanna; SCHMINK, Marianne; ABERS, Rebeca N.; ASSAD, Eduardo; BEBBINGTON, David H.; BRONDÍZIO, Eduardo; COSTA, Francisco de A.; AQUINO, Fabiano G.; ARTAXO, Paulo; BARROSO-NETO, Manoel; CANZIANI, José; FACHERE,

Luiz; FEITOSA, Paulo; FEARNSSIDE, Philip; FERREIRA, Joice; FLORES, Bernardo; NOBRE, Carlos A. Amazonia in motion: Changing politics, development strategies, peoples, landscapes and livelihoods. **Acta Amazonica**, v. 54, n. esp. 1, p. 1-24, 2024. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=https://doi.org/10.1590/1809-439220220306>. Acesso em: 13 jul. 2025.

HOMMA, Alfredo K. O.. **Extrativismo vegetal na Amazônia**: passado, presente e futuro. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2010. 468 p.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL **Gestão territorial no Bailique**. Brasília: IIEB, 2019. 72 p. Relatório. Disponível em: <https://iieb.org.br/wp-content/uploads/2019/07/Gestao-territorial-no-Bailique.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2025.

INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA. **Certificação do açaí comunitário no Bailique**. Piracicaba: IMAFLORA, 2021. 56 p. Relatório. Disponível em: <https://imaflora.org/wp-content/uploads/2021/07/Relatorio-de-certificacao-do-acai-comunitario-no-Bailique.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2025.

INSTITUTO INTERELOS. **Programa Interelos de Socioeconomia no Amapá**: cadeias de valor da sociobiodiversidade. Macapá: Interelos, 2023. 64 p. (Caderno Amapá). Relatório. Disponível em: [https://amazonbai.com.br/wp-content/uploads/2025/08/INTERELOS-CADERNO-AMAPA-1\\_4MAR23\\_PGDUPLA.pdf](https://amazonbai.com.br/wp-content/uploads/2025/08/INTERELOS-CADERNO-AMAPA-1_4MAR23_PGDUPLA.pdf). Acesso em: 2 out. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA. **Desafios para a sustentabilidade na cadeia do açaí**. Brasília: IPAM, 2018. 72 p. Relatório. Disponível em: <https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Desafios-para-a-sustentabilidade-na-cadeia-do-acai.pdf>. Acesso em: 19 set. 2025.

INSTITUTO TERROÁ. **Certificação de serviços ecossistêmicos no Bailique**. Belém: Instituto Terroá, 2022. 52 p. Relatório. Disponível em: <https://www.institutoterroa.org/wp-content/uploads/2022/12/Certificacao-de-servicos-ecossistemicos-no-Bailique.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2025.

INSTITUTO TERROÁ. **Relatório anual de atividades 2023**. Belém: Instituto Terroá, 2024. 45 p. Relatório. Disponível em: [https://institutoterroa.org/wp-content/uploads/2025/03/Relatorio\\_2023\\_.pdf](https://institutoterroa.org/wp-content/uploads/2025/03/Relatorio_2023_.pdf). Acesso em: 28 ago. 2025.

INSTITUTO TERROÁ. **Relatório anual de atividades 2024**. Belém: Instituto Terroá, 2025. 73 p. Relatório. Disponível em: [https://institutoterroa.org/wp-content/uploads/2025/07/Relatorio-Anual-2024\\_compress.pdf](https://institutoterroa.org/wp-content/uploads/2025/07/Relatorio-Anual-2024_compress.pdf). Acesso em: 30 ago. 2025.

LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária**: uma alternativa à globalização. Porto Alegre: Sulina, 2010. 272 p.

LEFF, Enrique. **Racionalidad ambiental**: la reapropiación social de la naturaleza. México: Siglo XXI, 2004. 414 p.

LIMA, Jamille S.; COELHO NETO, Agripino S. Desenvolvimento territorial e economia solidária: confluências e dissonâncias na política de desenvolvimento rural no Brasil. **Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47, p. 1–16, jul./dez., 2011. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3792365>. Acesso em: 19 ago. 2025.

LOPES, José Carlos J.; NEIVA, Kalil N.; GONÇALVES, Ana Carolina N.; VASCONCELOS, Alexandre M.. O papel da biodiversidade nas proposições da bioeconomia. **Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 19, n. 3, p. 218-242, jul./set., 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.26767/2249>. Acesso em: 25 jun. 2025.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007. 384 p.

OLIVEIRA, Djalma P. R. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. São Paulo: Atlas, 2010. 320 p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais**. Genebra: OIT, 1989.

OSOEGAWA, Diego K.; CHAVES, Maria P. S. R.. Inovações e tecnologias sociais: bases conceituais e princípios epistemológicos para a sustentabilidade e bem-viver. **Revista Videre**, v. 16, n. 34, p. 38-61, jan./jun., 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/videre.v16i34.17352>. Acesso em: 18 jul. 2025.

OSTROM, Elinor. **O governo dos bens comuns**: a evolução das instituições para a ação coletiva. São Paulo: SENAC, 2012. 400p.

OZÓRIO, Leticia. Cooperativa da Amazônia triplica faturamento com exportação de açaí em pó. **Exame**, São Paulo, 16 fev. 2025. Disponível em: <https://exame.com/esg/cooperativa-da-amazonia-triplica-faturamento-com-exportacao-de-acai-em-po/>. Acesso em: 22 out. 2025.

PEDROSO, Rodrigo; SANTOS, Rudja. Moradores da foz do Amazonas sentem o gosto salgado das mudanças climáticas. **Mongabay Brasil**, [s. l.], 8 abr. 2024. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2024/04/moradores-da-foz-do-amazonas-sentem-o-gosto-salgado-das-mudancas-climaticas/>. Acesso em: 28 out. 2025.

PORTER, Michael E.; KRAMER, Mark R. Creating shared value: how to reinvent capitalism and unleash a wave of innovation and growth. **Harvard Business Review**, v. 89, n. 1/2, p. 62–77, jan./fev., 2011. Disponível em: <https://voluntariadoempresarial.org.br/wp-content/uploads/2016/07/criaccca7acc83o-de-valor-compartilhado-harvard-business-review-brasil.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

PORTILHO, Josinei; BARBOSA, Luciano Silva. **Inovação social e gestão para o desenvolvimento na Amazônia**: uma revisão sistemática da literatura. 2024. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Tomé-Açu, PA, 2024. Disponível em: <https://bdta.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/3673>. Acesso em: 3 jun. 2025.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. São Paulo: Contexto, 2006. 192 p.

RAMOS, Carlos A.; EULER, Ana M. C. Quarta baliza do agroextrativismo no estuário do rio Amazonas: da luta pela terra à consolidação da economia do açaí. **Revista de Agricultura**

**Familiar**, v. 13, n. 2, p. 253–274, jul./dez., 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/419>. Acesso em: 24 mai. 2025.

REYES-GARCÍA, Victoria; FERNÁNDEZ-LLAMAZARES, Álvaro; AUMEERUDDY-THOMAS, Yildiz; BENYEI, Petra; BUSSMANN, Rainer W.; DIAMOND, Sara K.; GARCÍA-DEL-AMO, David; GUADILLA-SÁEZ, Sara; HANAZAKI, Natalia; KOSOY, Nicolas; LAVIDES, Margarita N.; LUZ, Ana Catarina; McELWEE, Pamela; MERETSKY, Vicky J.; NEWBERRY, Teresa; MOLNÁR, Zsolt; RUIZ-MALLÉN, Isabel; SALPETEUR, Matthieu; WYNDHAM, Felice S.; ZORONDO-RODRIGUEZ, Francisco; BRONDIZIO, Eduardo S. Recognizing Indigenous peoples and local communities rights and agency in the post-2020 Biodiversity Agenda. **Ambio**, v. 51, p. 84–92, maio, 2021. Publicação contínua. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13280-021-01561-7>. Acesso em: 15 jul. 2025.

ROSÁRIO, Lúcia T. R.; FILOCREÃO, Antonio S. M. A valorização do açaí e seus efeitos para famílias agroextrativistas do estuário amazônico. **Revista Habitus**, v. 22, n. 1, p. 62–79, jan./jun., 2024. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/14225>. Acesso em: 04 set. 2025.

SANTOS, Arantxa C. S.; PORRO, Roberto. Empobrecimento florístico da Amazônia: impactos da demanda do açaí para a biodiversidade brasileira. **Nova Revista Amazônica**, v. 12, n. 3, p. 111-132, set./dez., 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/17629>. Acesso em: 17 out. 2025.

SCHNEIDER, Sérgio. Mercados alimentares locais e desenvolvimento rural. *In*: SCHNEIDER, Sérgio; CONTERATO, Marcelo A.; MARQUES, Flávia C. (Org.). **Construção de mercados para a agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 311–330.

SEYFANG, Gill; SMITH, Adrian. Grassroots innovations for sustainable development: Towards a new research and policy agenda. **Environmental Politics**, v. 16, n. 4, p. 584–603, ago., 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09644010701419121>. Acesso em: 19 maio 2025.

SILVA, Regilane F.; CARVALHO FILHO, Manoel V.. Território e economia solidária: relações relevantes para a construção do desenvolvimento sustentável. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, Brasília, v. 23, n. 64, p. 45–52, abr., 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8795>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SILVA, Welton A.; ALVES, Heloisa N. N. Análise de riscos naturais do Arquipélago do Bailique/AP: o “Fenômeno de Terras Caídas”. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFAS E GEÓGRAFOS, 8., 2024, São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo, SP, 2024. Disponível em: <https://cbg.agb.org.br/anais>. Acesso em: 10 set. 2025.

SILVA, André G.; PEREIRA, Henrique J.; LOPES, Maria A. T. O uso de indicações geográficas como estratégia de desenvolvimento territorial na Amazônia. **Desenvolvimento e Inovação**, v. 7, n. 2, p. 88-105, maio/ago., 2020. Disponível em: <https://revistas.ifg.edu.br/revistaDI/article/view/1072>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo,

2004. 128 p.

SOUZA, Francele B. B.; SILVA, Edson V.; GOMES, Raimunda K. S. A régua de desenvolvimento territorial sustentável (RDTS) para o Arquipélago do Bailique e suas implicações na cooperativa AMAZONBAI. **Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 15, p. 524-536, set., 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidades-einovacao/article/view/3792>. Acesso em: 11 jun. 2025.

SUPERTI, Eliane.; FERREIRA, Simone D.; PICANÇO, Amiraldo E. L. Estratégia comunitária para uma Amazônia sustentável: cooperação internacional na certificação do açaí no arquipélago do Bailique. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 21, n. 2, p. 1222–1239, maio/ago., 2025. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/802>. Acesso em: 14 maio 2025.

VIVIEN, Franck-Dominique; NIEDDU, Marc; BEFORT, Nicolas; DEBREF, Romain; GIAMPETRO, Mario. The hijacking of the bioeconomy. **Ecological Economics**, v. 159, p. 189–197, maio, 2019. Publicação contínua. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.01.027>. Acesso em: 25 jun. 2025.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 320 p.